



MINISTÉRIO DA DEFESA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

ESTUDO PRELIMINAR:

O presente estudo técnico preliminar tem por objetivo apontar as soluções que mais se adequem aos pontos passíveis de atendimento da demanda apresentada pelo Ofício nº 057 de 24 de julho de 2019 do chefe de Gabinete do Escritório de representação (1806199), bem como solicitação do Gabinete do Ministro, conforme Despacho nº 307/CH GAB MD/GM-MD (1978473).

1. Necessidade da Contratação: A demanda apresentada no Ofício nº 057 (DOC SEI 1806199) do chefe de Gabinete do Escritório de representação, bem como solicitação do Gabinete do Ministro, conforme Despacho nº 307/CH GAB MD/GM-MD (1978473) tem como um dos principais objetivos readequar as instalações físicas.

Nestes termos, vislumbram-se os seguintes serviços:

1. Realizar demolições e retiradas necessárias de forma a adequar o espaço a demanda existente;
2. Instalação de piso laminado;
3. Execução de forro de gesso acartonado;
4. Pinturas em geral em paredes e tetos;
5. Instalação de luminárias de painel led;
6. Instalação de novos quadros elétricos;
7. Criação de novos pontos de tomada e interruptores e de pontos de rede lógica com instalação de equipamentos novos;
8. Aquisição de painéis armários e painéis de MDF.

Preliminarmente, cabe ressaltar a competência da COEMA para conduzir, tecnicamente, o respectiva demanda. Nesses termos, a PN nº 58/2019 dispõe sobre o referido Escritório:

Art. 2º O Escritório de Representação **integra a estrutura organizacional do Gabinete do Ministro de Estado da Defesa** e a ele compete prestar assistência ao dirigente da Pasta, incluindo atividades de segurança pessoal, no desempenho de suas atribuições." (NR) - grifamos

Combinando-se ao acima exposto ao que reza o Art; 46, Anexo VIII da PN nº 12/2019, resta clara a competência para analisar e propor solução para a questão.

Em relação aos serviços passíveis de atendimento cumpre esclarecer que estes são considerados benfeitorias necessárias ou úteis conforme definições do Código Civil, Lei 10.406/2002, que no seu artigo 96 conceitua os três tipos de benfeitorias conforme segue:

Art. 96. As benfeitorias podem ser voluptuárias, úteis ou necessárias.

§ 1º São voluptuárias as de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor.

§ 2º São úteis as que aumentam ou facilitam o uso do bem.

§ 3º São necessárias as que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.

Esclarece-se que desta forma, tais serviços não contrariam a vedação prevista no art 18 da LDO 2020, Lei Nº 13.898 de 11 de novembro de 2019, que estabelece:

Art. 18. Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

*I - início de construção, ampliação, **reforma voluptuária**, aquisição, novas locações ou arrendamentos de imóveis residenciais funcionais;*

2. Referência a outros instrumentos de planejamento do órgão ou entidade:

A contratação desses serviços está prevista no planejamento anual de contratações do DESEG/SEORI.

3. Requisitos da Contratação:

3.1. Para o atendimento dessa demanda a COEMA deverá providenciar os seguintes requisitos:

3.1.1. Elaboração de projeto básico a ser desenvolvido contendo o que segue:

3.1.1.1. Plantas baixa e vista externa com detalhes construtivos;

3.1.1.2. Especificações técnicas com a descrição dos materiais a serem utilizados especificando equivalência técnica;

3.1.1.3. Levantamento de quantitativos unitários de cada serviço direto e indireto que conste da planilha orçamentária de referência (este item deverá constar do processo e não do projeto básico);

3.1.1.5. Planilha orçamentária de referência com quantidades e preços unitários e totais máximos a serem aceitos pela administração;

3.1.2. Classificação quanto à natureza dos serviços:

Os serviços a serem executados são considerados serviços comuns de engenharia.

3.1.3. O projeto básico deverá prever os critérios e práticas de sustentabilidade como especificação técnica ou obrigação da contratada conforme usualmente se adota para esse escopo de contratação, podendo ser adotado as prescrições utilizadas em contratações anteriores da mesma natureza.

3.1.4. O prazo de execução dos serviços será de cinco meses.

3.1.5. Soluções de mercado: O serviço a ser contratado não possui características especiais que limitem a competição no certame licitatório, conforme se verificou nas licitações anteriores com mesmo objeto. A solução é padronizada no ramo de fornecimento desse tipo serviço para o setor público, entretanto a precificação dos mesmos deve ser feita especificamente para as necessidades do Ministério da Defesa, não sendo possível a comparação de outros contratos da Administração Pública Federal para estabelecimento de parâmetros de preços pois o volume e a característica dos serviços são próprios para o projeto a ser executado no MD.

3.1.6. Estabelecimento de vistoria ou de declaração de pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, conforme modelo sempre adotado nesse tipo de contratação;

4. Estimativas das quantidades:

4.1. O projeto básico deverá discriminar em planilha orçamentária todos os serviços e seus respectivos quantitativos e preços unitários de forma a permitir a estimativa correta do valor do investimento necessário

à consecução do objeto a ser contratado.

4.3. Os quantitativos serão obtidos a partir das plantas de execução dos serviços por meio de levantamento de áreas ou outras unidades de medida, por meio do software *Autocad* e de outros levantamentos a partir das plantas de arquitetura.

4.4. O projeto básico deverá estabelecer a possibilidade de aditamentos contratuais para os casos em que houver a necessidade de materiais ou serviços específicos, cuja previsibilidade não se mostra possível antes da contratação.

4.5 Observar a vedação dada no § 4º da Lei nº 8.666/1993 que diz:

“É vedada, ainda, a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.”

5. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo da solução a contratar:

5.1. Levantamento de mercado: O tipo de serviço que se pretende contratar é bastante comum no mercado nacional, havendo diversas empresas de aptas a participarem dos pregões para a sua contratação. Tendo em vista o exposto, e considerando-se que o tipo de solução para a obtenção do resultado esperado é a contratação de empresa de , com capacidade técnica e econômica comprovada, conclui-se que a realização de pregão oferece a possibilidade da obtenção da maior vantagem para MD.

5.2. Esses serviços não apresentam complexidade técnica ao objeto e são largamente utilizados em intervenções semelhantes, não se configurando dessa forma a necessidade de audiência pública.

5.3. Os materiais e equipamentos a serem especificados são facilmente encontrados no mercado, sendo adequados conforme critérios e normas técnicas aplicáveis.

6. Estimativas de preços ou preços referenciais:

6.1. A estimativa de preços será realizada em obediência ao Decreto 7.983/2013 que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências, mais especificamente como previsto nos artigos 3º e 6º do mesmo instrumento legal.

6.1.1. Os preços unitários e totais da planilha de referência serão obtidos conforme previsão legal constante no Decreto 7983/2013 em atendimento aos Artigos 3º e 6º.

6.1.2. No preço cotado deverão ser inclusos todos os custos e despesas inerentes ao objeto licitado, tais como gastos da empresa com apoio técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

6.1.3. O preço adotado para a composição dos custos unitários no tocante à parcela da mão de obra nos custos unitários que não constarem do SINAPI, ou que não forem obtidos por meio de pesquisa de preço aos fornecedores do mercado, serão considerados com base na Convenção Coletiva de Trabalho da respectiva categoria profissional, sendo que a Administração adotou o referencial do piso salarial do SINDUSCON/RJ.

6.2. Constarão dos autos as memórias de cálculo da estimativa de preços ou dos preços referenciais e os documentos que lhe dão suporte.

6.3. O projeto básico deverá contemplar a previsão da Súmula nº 259 de 16/06/2010 que prescreve:

“Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a definição do critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, com fixação de preços máximos para ambos, é obrigação e não faculdade do gestor.”

6.4. Por último e em atendimento ao Art. 7º § 2º, inciso II deverá ser elaborada a planilha orçamentária dos serviços a serem executados contemplando orçamento detalhado que expressem a composição de todos os seus custos unitários.

7. Descrição da solução como um todo:

7.1 A solução em estudo visa à revitalização das instalações prediais, em acordo com os padrões e normas técnicas vigentes, incluindo a substituição das divisórias, execução de pontos de rede elétrica e lógica e instalação de equipamentos de ar condicionado.

7.2 Com isso, os aspectos relacionados à ergonomia e ao conforto ambiental estarão adequados às Normas vigentes, bem como é esperado uma diminuição dos gastos com manutenção corretiva, assim como aumento da segurança da infraestrutura local.

7.3 Para tanto, o projeto básico deverá discriminar todos os requisitos necessários para a contratação em conformidade com as disposições contidas na IN 05/2017 e seus anexos, bem como possuir todos os elementos necessários à completa caracterização do objeto, para isso serão disponibilizados como apêndices desse projeto os seguintes elementos, além de outros:

7.3.1. Plantas de arquitetura e detalhes dos serviços a serem executados;

7.3.2. Especificação técnica com discriminação de materiais a serem utilizados;

7.3.3. Composição de BDI;

7.3.4. Planilha orçamentária com quantitativos e custo unitários e total;

7.3.5. Declaração de vistoria.

8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução quando necessária para individualização do objeto:

A contratação deverá ser realizada de forma única e indivisível, de maneira a garantir o atingimento do objeto pretendido no prazo esperado. Posto que, o modelo de contratação tem demonstrado ser o mais economicamente viável e a solução mais amplamente utilizada no âmbito público, não representando limitação à competitividade no certame licitatório.

9. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:

Espera-se com a contratação os seguintes efeitos:

9.1. Maior praticidade e rapidez na gestão do contrato para o cumprimento do prazo de execução;

9.2. Adequações dos ambientes e das instalações aos normativos vigentes e às mais recentes tecnologias com a utilização de materiais mais apropriados do ponto de vista ambiental e energético, proporcionando conforto e segurança aos servidores e público usuário das dependências do MD;

9.3. Diminuição dos custos de manutenção, decorrentes do desgaste natural dos equipamentos e materiais envolvidos.

10. Providências para adequação do ambiente do órgão:

10.1. Não há necessidade de adequações do ambiente físico para início da execução dos serviços, bastando para tanto a interdição da área onde será executado o serviço.

11. Contratações correlatas e/ou interdependentes:

Não há.

12. Declaração de viabilidade da contratação:

Declaramos, com base nas informações acima reunidas, que a contratação é viável, necessária e adequada à realidade do Ministério da Defesa.

CT FLÁVIO DOS RAMOS DE SOUSA MENDONÇA

Assistente Técnico Militar
Integrante Técnico

FERNANDO MENDES DE ALMEIDA

Coordenador de Engenharia e Manutenção - Substituto

Ciente e de acordo:

THIAGO D'AROLLA PEDROSA GALVÃO

Gerente de Engenharia e Segurança

Aprovo:

JOSÉ ROSALVO LEITÃO DE ALMEIDA

Diretor



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Mendes de Almeida, Técnico**, em 02/03/2020, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Flávio dos Ramos de Sousa Mendonça, Assistente Técnico(a) Militar**, em 02/03/2020, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago D'Arolla Pedrosa Galvão, Gerente**, em 02/03/2020, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **José Rosalvo Leitão de Almeida, Diretor**, em 03/03/2020, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **2149279** e o código CRC **1C19F139**.